DOI: hhttp://dx.doi.org/10.20336/rbs.499

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

# As Paneleiras de Goiabeiras Velha: Uma Análise Discursiva do Processo de Construção do Território da Tradição

**Marcelo de Souza Marques***

**RESUMO**

Objeto de inúmeras pesquisas, a "arte de fazer panela de barro" na região de Goiabeiras, Vitória-ES, é um importante elemento da cultura capixaba. Contudo, algumas questões ainda carecem de maiores problematizações. Nesse sentido, o presente artigo objetiva compreender o processo de construção discursiva do Território da Tradição, isto é, Goiabeiras-Velha. A metodologia consistiu em um estudo qualitativo, contando como principal instrumento metodológico a técnica de entrevista em profundidade. Os resultados demonstram que a construção desse território se relaciona a um processo discursivo de esvaziamento do espaço físico da região de Goiabeiras, englobando uma área para além do bairro de Goiabeiras.

**Palavras-chaves**: Paneleiras de Goiabeiras; Goiabeiras-Velha; Território da Tradição.

* É Cientista Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente, cursa o Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde integra o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE).
Email: marcelo.marques.cso@gmail.com

**ABSTRACT**

THE PANELEIRAS OF GOIABEIRAS VELHA A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF THE TERRITORY OF TRADITION

Object of several researches, the "art of make clay pans" in the region of Goiabeiras, Vitória-ES, is a important element of capixaba culture. However, some questions still needed greater problematization. In this sense, the present article aims understands the process of discursive construction of the Territory of Tradition, that is, Goiabeiras-Velha. The methodology consisted in a qualitative study, having as main methodological instrument the in-depth interview technique. The results demonstrate that the construction of this territory is related with a discursive process of empty of physical space of Goiabeiras region, includes an area beyond the neighborhood of Goiabeiras.
**Keywords**: The Paneleiras of Goiabeiras; Goiabeiras-Velha; Territory of Tradition.

## Introdução

A região de Goiabeiras Velha, localizada na cidade de Vitória, capital capixaba, é nacionalmente conhecida como o "lugar" das Paneleiras, onde se situa o principal núcleo produtor de panela de barro no Espírito Santo[1]. Embora vastamente difundido pela mídia local e facilmente encontrada nas mais diferentes produções acadêmicas, a ideia de Goiabeiras-Velha[2] ainda carece de alguns esclarecimentos. Com o intento de contribuir com a temática, o objetivo neste artigo é compreender a construção discursiva do significante Goiabeiras-Velha como o "Território da Tradição das Paneleiras". Como argumentarei ao longo do artigo, ser Paneleira de Goiabeiras-Velha significa uma construção discursiva de uma inscrição territorial especial, indo além dos limites geográficos do bairro de Goiabeiras.

Seguindo uma agenda de pesquisa em desenvolvimento (NICOLE *et. al*. 2012; MARQUES; CALOTI, 2013; MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]), para este estudo, foram realizadas novas entrevistas em profundidade. Ao todo, foram entrevistados, entre 2015 e 2016, dezoito Paneleiras, o

1 Além de Goiabeiras, atualmente, existem pelo menos mais quatro polos produtores de panela de barro no Espírito Santo, a saber: Guarapari, Viana e Vila Velha, todos localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória, e São Mateus, na região Norte do estado.

2 A escrita Goiabeiras-Velha, com hífen, indica uma unidade de sentido especial, um elemento discursivo. Utilizarei a escrita Goiabeiras Velha, sem hífen, para indicar a região geográfica.

ex-prefeito de Vitória, Vitor Buais, a ex-diretora da 6ª Sub-Regional do Iphan no Espírito Santo, T. C. A., a gerente de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), P. B., e a então assistente social da PMV na época da construção da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), Julimar França[3].

Visando a uma melhor apresentação, a discussão foi estruturada em três subseções. Na primeira seção, abordarei teoricamente as noções de *memória* e *lugares de memória*, destacando a evocação discursiva de quatro significantes na estruturação da memória coletiva dos sujeitos. Na sequência, abordarei o processo de esvaziamento das fronteiras geográfico-espaciais que envolve a significação de Goiabeiras-Velha. Por fim, apresentarei as considerações, as quais destacam a construção do Território da Tradição para além de suas dimensões geográfico-espaciais e indicam a posição discursiva assumida pelas Paneleiras no contexto político-cultural local.

## 1. Goiabeiras-Velha: memória e lugares de memória na construção discursiva do Território da Tradição

A região de Goiabeiras, situada na capital capixaba, é nacionalmente conhecida como o local das Paneleiras[4], artesãs que produzem as famosas panelas de barro capixabas, utensílios diretamente relacionados ao preparo da igualmente conhecida moqueca capixaba. Essa identificação do bairro de Goiabeiras como o "território das Paneleiras" é um processo verificado desde os anos 1960 (PEROTA *et. al*. 1997; DIAS, 2006a; DOSSIÊ IPHAN , 2006; SIMÃO, 2008). Entretanto, foi somente a partir dos anos 1990, muito em con-

3 Vale destacar que nem todas as entrevistas referidas foram citadas diretamente neste trabalho, que é parte dos resultados de pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2017. Contudo, todas foram fundamentais para o desenvolvimento da análise de discurso empreendida no presente estudo.

4 Já no título do artigo, utilizei o termo "Paneleiras", no feminino. Como já problematizamos em outra oportunidade (NICOLE *et. al.*, 2012), o ofício não é uma atividade exercida exclusivamente por mulheres. No entanto, embora a presença de homens na produção tenha aumentado desde a década de 1990, como já aponta Dias (2006a), e que hoje seja comum a presença masculina em todo o processo produtivo, e não apenas no auxílio em determinadas etapas, como foi em décadas anteriores, a confecção de panelas de barro é uma tradição marcada não só pelo grande número de mulheres em comparação ao de homens, mas, sobretudo, pela centralidade da figura feminina nas relações sociais que perpassam a cultura local. Devido a isso, manterei o uso do termo no feminino para indicar todos os sujeitos envolvidos na produção de panelas de barro em Goiabeiras – os homens envolvidos no processo produtivo se autonominan "artesãos".

sequência da construção do Galpão e da realização da Festa das Paneleiras, que a região fora potencializada como ponto turístico.

Voltando um pouco mais no processo histórico, considerando apenas os dados historiográficos, cujos primeiros registros documentais sobre a confecção de artefatos cerâmicos na região de Goiabeiras datam de 1815 – refiro-me especialmente às narrativas de Saint-Hilaire (1974) –, percebe-se que a identificação da região de Goiabeiras com a produção cerâmica é ainda mais antiga. Indo além do século XIX, Perota et. al (1997) destacam que sítios arqueológicos encontrados na região atestam a atividade cerâmica de grupos pré-históricos há cerca de 2.500 anos. Já na memória coletiva dos sujeitos, sobressai o discurso de "400 anos de história da tradição":

> Goiabeiras Velha, então... Acho que isso tem muita; alguma coisa a ver com essa cultura nossa, porque ela é muito antiga (...) eu acho que *aqui em Goiabeiras deve ter uns 400 anos só de panela de barro* (J. F. S., Artesão, 52 anos. Entrevista cedida no dia 13 de fevereiro de 2016).

> É uma cultura, do Estado é... Uma coisa típica do Estado; e também uma data pra ser comemorada, *que já é uma tradição há mais de 400 anos* (...). *Isso aqui é uma tradição que existe há mais de 400 anos*, que não pode ser mudada na área da forma de fazer (...). (L. J. S., Paneleira, 41 anos. Entrevista cedida no dia 22 de fevereiro de 2016).

> Essa argila aqui foi descoberta pelos índios. Eles ainda fizeram panela aqui ainda (...). Os índios que descobriram essa argila (...). *400 e poucos anos* (M. C. G. B., Paneleira, 86 anos. Entrevista cedida no dia 10 de fevereiro de 2016)[5].

Sem o objetivo de traçar a genealogia da tradição, o fato que chama a atenção é que a produção de artefatos cerâmicos, destacadamente as panelas de barro, é uma atividade que se confunde com a própria história da região de Goiabeiras e da capital Vitória: o bairro passou a ser significado pelos sujeitos como o "local" dessa tradição, um "local" construído como uma forma de se distinguir de outros núcleos produtores de panela de barro e, assim,

5 A transcrição das entrevistas com as Paneleiras foi realizada mantendo-se o mais fiel possível à oralidade dos entrevistados.

demarcar politicamente o Território da Tradição.

A construção discursiva do Território da Tradição, cujo processo busca atribuir uma historicidade e apresentar lugares comuns em torno dos quais giram diferentes significações dos sujeitos, evidencia o que, a partir de um diálogo com Nora (1993), compreendo como a *necessidade de memória*: os sujeitos necessitam ansiosamente atribuir certo *fundamento* à própria existência enquanto grupo, "sedimentando-o como verdade[6]".

A *necessidade de memória* surge "porque ela [a memória] não existe mais" e se há locais de memória é "porque não há mais meios de memória" (NORA, 1993, p. 7). Essa *falta*, expressa na afirmação do autor "porque ela não existe mais", não é algo que simplesmente escapa aos sujeitos pela impossibilidade de acessar a uma "memória" que por ventura poderia ser considerada como "verdadeira", mas, também, por ser uma *falta constitutiva* que, ao se fazer e não se fazer presente, expressa, simultaneamente, *impossibilidade* e *necessidade*: não podendo acessar a uma (suposta) "verdadeira memória", uma vez que a possibilidade de uma significação final da realidade escapa constantemente aos sujeitos, faz-se necessário aos sujeitos acessar alguma memória como atribuição de sentido, mais ou menos coerente, ao ambiente no qual está inserido.

Nesse processo, ao enquadrarem-na discursivamente, os sujeitos criam suas memórias, seus mitos de origens, suas tradições. Nesse sentido, Pollak (1992) sustenta que o "trabalho de enquadramento da memória" não se limita aos historiadores e ao campo da História. Trata-se de qualquer ação voltada à atribuição de coerência ao social a partir do preenchimento da *falta* realizado pela evocação da memória coletiva; algo que, como destaca Guarinello (1994, p. 1989), acontece o "tempo todo" como "um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder".

É nesse sentido que a *falta* é, ela mesma, *constitutiva*. Isso indica que, na impossibilidade de um centro fundante, de uma verdadeira origem do social, abrem-se possibilidades de estabelecimento de *fundamentos parciais* que cumpram essa função, "sedimentando-se como verdade". Pensando em termos de memória, isso significa que se abrem possibilidades de diferentes

6 Ao dizer "sedimentando-o como verdade", estou apresentando um argumento propositalmente redundante. Isso porque a ideia de *sedimentação* indica a busca pelo ocultamento da contingencialidade e da precariedade de todo e qualquer discurso, apresentando-o como verdade, fundamento (LACLAU, 2000).

significações da ideia de memória, tornando-a possível como um esforço parcial de construção dos mitos de origem de um determinado local, de uma determinada cultura. Em outras palavras, uma invenção mítica, enquanto centro fundante, que visa atribuir certa coerência ao social (*sedimentação discursiva*). Isso permite dizer que a "não existência da memória", entendida como um ponto de origem singular, um *fundamento último* do social, é sua própria condição de existência[7].

Essa busca pela memória, como destaca Halbwachs (1990), por mais individual que possa parecer, será sempre um ato de (re)construção coletiva, uma fixação histórica coletiva que remete à interação com o "Outro", mas que, contrariando Halbwachs, não indica uma ação integradora, e sim de diferentes memórias que podem entrar em disputa. Isso porque, como nos chama a atenção Guarinello:

> A memória não é, portanto, um espaço harmônico e uniforme, nem se constitui, sobretudo hoje, num campo homogêneo, onde reine absoluta uma memória hegemônica, uma só representação do passado, seja aquela do Estado ou dos grupos dominantes (GUARINELLO, 1994, p. 189).

Não há, nesses termos, uma memória verdadeira a ser descoberta, decifrada. A memória "é um fenômeno construído" (POLLAK, 1992, p. 204), logo, não há nada de essencial em si. A memória, portanto, é (re)negociada, (re)inventada, flutua no decorrer das relações sociais cotidianas (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992). Como veremos na sequência, a construção do significante Goiabeiras-Velha está diretamente relacionado à evocação da memória coletiva dos sujeitos operada a partir de um conflito com o Governo do Estado entre finais dos anos 1980 e ao longo da década seguinte.

A memória, assim compreendida, é sempre uma "invenção" (HOBSBAWM, 2008). Nesse processo, evidenciam-se as evocações de *lugares de memória*, entendidos de forma ampla como lugares espaciais, lugares abstratos, lugares simbólicos, monumentos, festividades, datas, entre outros que passam a ser mobilizados na construção da memória (NORA, 1993, p. 13 [Grifos meus]):

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há

7 Para uma leitura sobre os processos de fundamentação, desfundamentação e fundamentos parciais, conferir Graeff, Nascimento e Marques (2019).

> memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (...). Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memórias.

Significados pelos sujeitos, os *lugares de memória* evidenciam a produção de um sistema de diferença, de uma unidade de sentido. Embora os *lugares de memória*, sobretudo os lugares físico-naturais, sejam lugares que "sempre estiveram ali", nem sempre, "existiram" como pontos de identificação na construção da memória coletiva dos sujeitos. Os "lugares" só se tornam *lugares de memória* quando significados pelos sujeitos como pontos de identificação de seu discurso. Esse processo, contudo, deve ser compreendido a partir do contexto, pois nem todos os objetos do mundo da vida (*Lebenswelt*) são significados como *lugares de memória*, ou não são significados como tais em um determinado momento.

No caso das Paneleiras de Goiabeiras, quatro elementos surgem como *lugares de memória* no processo de *sedimentação discursiva* dos sujeitos na construção de seu território, isto é, Goiabeiras-Velha, quais sejam: o barreiro[8], o manguezal, a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) e a Festa das Paneleiras. A evocação desses significantes em um determinado contexto, e sua sustentação ao longo do tempo, é fundamental para a compreensão da construção da ideia de Goiabeiras-Velha.

### 1.1. Os *lugares de memória*: o barreiro e o manguezal

O barreiro e o manguezal são lugares que, embora de grande importância para a existência e manutenção do ofício das Paneleiras, somente a partir de um contexto mais ou menos específico que passaram a ser significados pelos sujeitos como *lugares de memória*.

O momento detonador do processo de significação desses significantes

8 Denominação popular para a área de extração do barro utilizado na confecção das peças cerâmicas.

ocorreu entre os anos 1980 e 1990. Naquele contexto, as Paneleiras encontravam-se diante de dois problemas. De um lado, sentiam a crescente dificuldade de manter a produção e a comercialização das peças cerâmicas nos quintais de suas casas. De outro, viram-se diante do risco iminente da perda do acesso à principal matéria-prima, o barro.

Antes de adentrar na questão da evocação do barreiro e do manguezal como *lugares de memória*, uma rápida digressão se faz necessária para uma visão mais abrangente desses dois problemas. Além disso, a retomada desse contexto permitirá uma melhor compreensão do processo de criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), outro importante elemento presente no discurso de tradição desses sujeitos.

Com relação à dificuldade de manter a produção e a comercialização das peças cerâmicas nos quintais de suas casas, havia uma ligação direta entre a redução do espaço dos quintais, verificada já a partir dos anos 1970, e as modificações urbanísticas e populacionais pelas quais passou a região de Goiabeiras. Como destaca Simão (2008), até os anos 1940, Goiabeiras era uma área rural, com infraestrutura deficiente e isolada do restante da capital. Os poucos núcleos familiares da região tinham como principal atividade econômica e de subsistência a pesca, a cata de mariscos e a produção de panela de barro.

Esse quadro começou a ser alterado a partir dos anos 1960-1970, momento em que Vitória passou a contar com uma série de investimentos públicos e de setores privados que modificariam radicalmente a cidade. Naquele período, como destaca o Dossiê IPHAN 3 (2006, p. 19), a região de Goiabeiras, que até então havia ficado relativamente fora do processo de urbanização da capital, presenciou a implementação do "campus da Universidade Federal do Espírito Santo, seu primeiro conjunto habitacional do então Banco Nacional de Habitação e as correspondentes vias de acesso".

Paulatinamente, a então vila de pescadores e de Paneleiras passou a receber novos fluxos populacionais e sentiu os reflexos da expansão e dos novos investimentos da região, sobretudo a expansão da atividade portuária do Porto de Tubarão. A região chegaria aos anos 1980, completamente modificada em relação à estrutura de três décadas anteriores (DIAS, 2006a; SIMÃO, 2008).

Até meados dos anos 1980, o processo produtivo e comercial das panelas de barro em Goiabeiras ainda se concentrava nos quintais e nas garagens das casas das famílias produtoras. Como observa Simão (2008), a produção

de panela de barro no ambiente residencial estava inscrito em um sistema social mais amplo e complexo, marcado por interações socioculturais que englobavam o próprio fazer: o fazer panela de barro, nos quintais, envolvia não só a família proprietária do quintal, mas também contava com a ajuda de amigos e parentes. Mais do que a produção de um bem cultural com valor der troca, esse momento de ajuda mútua significava o fortalecimento do capital social local (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]). Os quintais, desse modo, representavam mais do que o "simples" local de produção de panela de barro. Naquele contexto, também eram "lugares de produção de sociabilidade, de extensão e de ajuda mútua, que muito contribui para a compreensão das relações sociais de produção dessa localidade" (SIMÃO, 2008, p. 168).

Todavia, com as modificações em curso na região de Goiabeiras, desde os anos 1960, aos poucos, os quintais foram pressionados pelo avanço imobiliário; Goiabeiras passou a receber novos moradores. Outro fato a ser destacado refere-se aos novos núcleos familiares das Paneleiras. Com os casamentos de filhos(as) e netos(as), novas casas e "puxadinhos" foram construídos, diminuindo o espaço livre dos quintais.

Além desse processo gradativo de diminuição dos quintais, as Paneleiras se deparavam com as consequências advindas do desenvolvimento urbano da capital. Com as melhorias de infraestrutura pelas quais passou a região, aos poucos Goiabeiras se tornou mais acessível aos consumidores, turistas e comerciantes que passaram a ir diretamente a Goiabeiras comprar as peças cerâmicas, potencializando a mercantilização dos produtos (DIAS, 2006a; 2006b; MARQUES; CALOTI, 2013).

Assim sendo, as Paneleiras se viram diante da dificuldade em manter a produção nos quintais e de ampliarem-na frente ao aumento da demanda. Diante disso, muitas se viram obrigadas a trabalhar para outras Paneleiras que ainda possuíam quintais amplos, como foi o caso de Dona Melchiadia, ou para o Sr. Arnaldo, que possuía um Galpão e contava com mão de obra das artesãs; é o que nos narra uma das entrevistas:

> Olha, naquela época num existia ainda o galpão das Paneleiras, nós trabalhava nas casas. Eu tenho minha tia Melchiadia, eu trabalhava pra ela, eu, minha irmã, minha cunhada, minhas irmãs tudo trabalhava na casa dela. Nós trabalhava assim pra ela, ela pagava a gente, assim, um jeito que desse pra ela pagar, ela pagava, e na época antes

> de eu fazer panela ainda, como minha mãe fazia, existia um moço aqui que o nome dele era "seu Arnaldo", ele tinha um galpão, que era lá na avenida, [para] quem vai para o aeroporto. Ele que comprava a panela deles pra revender ou se não, muitas vezes ele botava panela dentro de um saco de estopa e ia pra Vila Rubim vender (B. C. N. Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Foi diante desse quadro que, nos anos 1980, as Paneleiras passaram a se organizar e a reivindicar um local coletivo que permitisse manterem-se ativas em seu fazer. Essa foi a principal reivindicação das artesãs após a criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG), em março de 1987. Esse fato se confirma entre os objetivos constantes do Estatuto da APG (1987), a saber: "Construir sede própria, com um galpão para administração, depósito, comercialização e produção" (1987, s/p). No ano seguinte à criação da APG, as Paneleiras, apoiadas pela municipalidade de Vitória, conseguiram seu primeiro Galpão e, na sequência, organizaram, juntamente à Prefeitura, a primeira Festa das Paneleiras.

Após essa breve contextualização, voltarei às questões relacionadas à evocação do barreiro e do manguezal como *lugares de memória*. Foi também nesse contexto dos anos 1980 e 1990 que as Paneleiras se depararam com o risco de perda do acesso ao barro. Isso porque o Governo do Estado, por meio da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), intentava a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na área do barreiro. O início do conflito ocorreu em 1988, quando o Governo do Estado decretou como utilidade pública e desapropriou a área do Vale do Mulembá, onde se localiza o barreiro, para a construção do empreendimento[9]. Foi diante desse conflito que as Paneleiras passaram a significar o barreiro como *lugar de memória*.

A relação antagônica com a CESAN, percebida como um "inimigo" que colocava em risco o acesso à principal matéria-prima da produção cerâmica local e, com isso, a manutenção do saber-fazer e dos próprios sujeitos em sua identificação como Paneleiras, foi determinante para que os sujeitos passassem a se articular politicamente entre si e com setores do Estado, como a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), que passou a assessorá-los no processo de construção e organização da APG, e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que, já na década de 1990, iniciaria

9 Decreto n° 3690-E, de 25 de janeiro de 1988.

a pesquisa que asseguraria o Registro do Ofício das Paneleiras como Patrimônio Imaterial do Brasil, o que aconteceu no ano de 2002.

Nesse processo, os sujeitos passaram a atribuir certos sentidos ao barreiro, fazendo alusão *à tradição do ofício no local* (discurso de "400 anos de história da tradição"), ao direito ancestral de utilização e exploração da jazida ("barro usado por nossas avós, bisavós, ou, antes mesmo, pelos índios"), evidenciando que o barreiro era um *local especial para os sujeitos e sua cultura*. Como destaca Dias (2006a):

> O Barreiro foi reivindicado como fonte "inesgotável" da matéria-prima que fundamenta o processo produtivo do grupo, de modo que sua preservação significava a continuidade da estrutura que as mulheres criaram para si. O Barreiro, como o lugar da matéria dessa tradição, é parte do território, assim como Goiabeiras. O Barreiro representava o local onde as mulheres buscavam a legitimação "ancestral" do seu fazer (…) já que extraem barro dali desde que começaram a fazer panelas. Lutavam pelo que acreditavam ser seu por direito, mas também pelo reconhecimento (DIAS, 2006a, p. 94).

Esses sentidos discursivos foram reafirmados pelas instâncias estatais que se encontravam articuladas às Paneleiras. Tanto a PMV como o IPHAN passaram a destacar a importância do barreiro para as Paneleiras e para a cultural local. Essa ampliação da *articulação discursiva*[10] em torno do barreiro e das Paneleiras fica claro na fala de Vitor Buaiz, então Prefeito de Vitória no contexto do conflito com a CESAN:

10 A partir da teoria do discurso em Laclau e Mouffe (2015), articulação discursa é compreendida como o processo de constituição do discurso propriamente dito. Nessa prática, diferentes *elementos* (identidades diferenciais) passam a se articular discursivamente em torno de um corte antagônico (exterior constitutivo), apresentando demandas especiais. No processo de articulação, instante em que os *elementos* passam a compartilhar suas particularidades, tornam-se *momentos* (identididades equivalenciais) em relação à articulação, formando uma estrutura discursiva. O início da construção do dicurso de "tradição" das Panelerias, o que perpassa a significação do "local da tradição", isto é, Goiabeiras-Velha, envolveu diferentes *elementos* (as Paneleiras, a PMV, o IPHAN) na relação antagônica com a CESAN, que colocava em risco o acesso à principal matéria prima das Paneleiras e, consequentemente, a perpertuação do ofício dos sujeitos. Para a PMV, que, entre outas demandas, visava à divulgação turística da capial, bem como para o IPHAN, que estava iniciando a pesquisa que daria origem ao Registro do Ofício das Paneleiras, as pretenções da CESAN também colocavam em risco suas demandas. Ao se articularem às Paneleiras, tornaram-se *momentos* em relação à *articulação discursiva* em torno do discurso de tradição das Panelerias.

> Tinha que preservar aquele mangue ali da ilha de Vitória, um dos maiores do país, (...) e garantir que aquilo continuasse sendo uma tradição da cultura capixaba e pudesse chegar aonde chegou hoje (...). Também teve a discussão com a CESAN, porque o barreiro era o único que havia aqui na cidade de Vitória, e a CESAN queria construir uma estação de tratamento de esgoto... Então a Prefeitura comprou a briga, comprou a briga porque não tinha como você deixar que elas perdessem (...), isso é uma cultura que veio de pais, mães para filhas, isso para nós foi muito determinante para que a gente decidisse a posição de que lado nós estávamos (Vitor Buaiz, ex-prefeito de Vitória. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2016).

Não é possível assegurar que o barreiro, antes desse conflito com a CESAN, fosse percebido pelos sujeitos como um "lugar especial". O fato, hoje, é que ao analisar os discursos, não restam dúvidas da importância desse local atribuída pelos sujeitos e para as instâncias estatais.

Os vários significados atribuídos ao barreiro são claros nas narrativas das Paneleiras. Além de significar um local de trabalho, de extração de umas das principais matérias-primas, significa, sobretudo ao retratarem um passado recente, um dos poucos momentos de lazer e local de fortalecimento dos laços de solidariedade entre os sujeitos. Para muitos, a história do trabalho no barreiro se confunde com a história pessoal:

> Vamos começar pela extração do barro... A extração do barro era combinada e as famílias, né, tiravam o barro num dia só também. Chegava lá, tirava; o caminhão já ia buscar no mesmo dia. Isso aí sem contar a história que eles buscavam de canoa, né (...). Não tinha estrada, não tinha nada. Mas aí era bem familiar o barreiro, várias famílias retirando barro, aí no final... Aí no meio... Meio dia, fazia confraternização, né... De almoço, suco... Aí a mãe levava os filhos, netos... Vó levava neto... Era uma brincadeira, uma festa danada... Era praticamente a diversão (F. F. S., Artesão, 40 anos. Entrevista cedida no dia 24 de fevereiro de 2016).

> (...) muita coisa aconteceu dentro daquele barreiro, teve meu pai mesmo lá que cavando barro lá dentro ele enfartou (...) ele saiu pra ir tirar barro, ele falou "Berenícia!" eu falei: o que papai. "você vai comigo hoje pro barreiro". "Uai, tá querendo me levar pro barreiro, ele nunca me chama[ava] pra ir no barreiro com ele". Nisso eu fui, e todo mundo com ele, minhas tias, o pessoal tudo contente pela estrada a fora (...). Aí, chegando lá, ele entrou lá naquele buraco grande (...) cavou o barro lá, eles brincando tudo, depois ele deu uma sumidinha... Saiu. Aí eu lá

> pensei assim: "Ah papai saiu não voltou mais", depois ouvi a voz dele: "Berenícia vem cá"; aí eu falei: "o senhor tá onde? " Ele falou: "vem cá, eu tô em tal lugar". Aí eu fui, cheguei lá ele tava sentado de côcora; aí ele foi e... Falou assim: "oh, fala pra suas tias que eu não vou voltar lá mais pra cavá o barro não". Aí eu falei assim: "por que meu pai você não vai voltar mais lá?" "É que eu não tô passando bem". Aí eu fui lá, falei com eles, quando ele falou isso comigo, as duas orelhas dele já tavam pretinhas, roxa já, aí eu fui lá chamei o pessoal que tava lá, vieram todo mundo pra ver, e ele ali, tava ali se torcendo de dor. Aí uma tia minha falou assim: vai embora cumpadi, vai com Berenícia embora pra casa. Ele: "Lucia, não, eu não vou não, que com minhas pernas não sei, que eu não vou chegar em casa com minhas pernas".... A única coisa que ele pediu: "me deita numa sombra"... Aí tinha um pé de árvore assim, acho, mais de um metro e meio de altura, tinha uma sombrinha assim, até boa, ele pediu pra deitar na sombra, quando deitou ele ali na sombra, ali ele faleceu... E aquilo ali foi uma gritaria, eu saí, eu vim de lá, eu tinha onze anos, eu vim de lá [barreiro], correndo até aqui em Goiabeiras (...) passei pela ponte ali correndo, cheguei... Num vim pra casa, não. Entrei na delegacia aqui de Goiabeiras, avisei o que tinha acontecido lá, e vim e saí da delegacia, e vim correndo pra casa, aí foi aquele desespero dos meus irmãos que tava em casa, da minha tia que ele tinha ido tirar o barro pra ela, ele tinha saído. Ele avisava minha irmã: "oh tô indo pro barreiro, mas quando eu voltar eu quero encontrar aqueles caranguejos que eu deixei aí cozido pra mim comer". Aí tudo bem, estava aguardando a hora. Aí chegou em casa, chegou dentro do caixão. Ele enfartou lá dentro do barreiro, e não teve como sair de lá pra ir pra médico (...). É muito mais do que isso [lugar de extração da argila, lugar de trabalho], é história longa pra contar... É divertida, é gostoso, mais tem um lado triste também né? (B. C. N., Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Todos esses significados foram mobilizados na luta das Paneleiras contra o seu "inimigo" no contexto dos anos 1980. O barreiro logo se tornaria um dos *significantes vazios*[11] na articulação discursiva que se iniciava naquele

11 Um signficiante vazio, como afirma categoricamente Laclau (2011, p. 67), "é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado". Um significante sem significado não quer dizer que não possua qualquer significado, e sim que não há significado particular. No caso das Paneleiras, o barreiro deixou de possuir um significado particular, passando a abarcar uma gama de sentidos atribuídos pelos sujeitos, tais como: local de trabalho; local de extração de umas das principais matérias-primas para seu ofício; momentos de lazer; local de fortalecimento dos laços de solidariedade entre os sujeitos.

momento com a Prefeitura Municipal de Vitória e Iphan contra as pretensões da construção da ETE por parte do Governo do Estado.

Apesar da resolução do conflito entre a APG e a Cesan em 2001, quando foi acordada entre as partes a construção da ETE no local, a valorização do barreiro se mantém nos dias atuais. Para todos os fins, o saldo desse conflito foi que o barreiro se manteve como fundamental significante do discurso de construção do Território da Tradição das Paneleiras, pois, como comumente destacam as Paneleiras, é do barreiro, cuja argila não se encontra em nenhum outro local, que se extrai uma das principais matérias-primas utilizadas na feitura da "autêntica" panela de barro, há mais de 400 anos.

Outro significante que passou a ser destacado nesse contexto foi o manguezal. Tal qual o barreiro, o manguezal tem importância decisiva como fonte de matéria-prima; é do manguezal que os sujeitos extraem a casca do mangue-vermelho, insumo indispensável à produção das peças cerâmicas em Goiabeiras[12].

Diferentemente do caso do barreiro, as Paneleiras não se depararam com o risco de limitações no acesso ao manguezal por ações externas, bem como não foi alvo de conflitos políticos. A preocupação, a partir dos anos 1990, como destacado por uma das entrevistadas, foi com relação ao adequado manejo da casca do mangue-vermelho, para evitar a degradação da vegetação. Como observa a Paneleira, se "tirar a tinta de qualquer maneira (...) vão matar a árvore, se matar a árvore, além de acabar com a tinta, ainda somos prejudicados pelo Ibama, né? Pelo Iema (...) aí nós temos de quê? Preservar tanto o barreiro como o manguezal" (B. C. N. Paneleira, 58 anos. Entrevista cedida no dia 29 de fevereiro de 2016).

Como narram as Paneleiras, essa preocupação nem sempre existiu entre os sujeitos. Somente com ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e por órgãos de controle ambiental, que as Paneleiras tomaram conhecimento de que a casca do mangue-vermelho não poderia ser retirada formando "anéis" nos troncos das árvores, o que condena a vegeta-

12 É com a casca do mangue-velho (*Rhizophoramangle*) que as Paneleiras preparam a tintura utilizada no açoite das peças. Após extração da casca, as Paneleiras a colocam de molho por alguns dias. O resultado é uma tintura escurecida, avermelhada. O açoite ocorre no momento da "queima" das peças cerâmicas. Ainda quentes, recém-retiradas da "fogueira", as peças são tingidas com a tintura. É esse processo que garante a tonalidade escurecida às peças cerâmicas produzidas em Goiabeiras. Para imagens e maior detalhamento deste processo, conferir Nicole *et. al*. (2012).

ção. Atualmente, as Paneleiras estão cientes de que preservação do manguezal se faz necessária e correlacionam esse fato à manutenção do ofício, uma vez que uma das marcas de distinção das panelas de Goiabeiras em relação às produzidas em outros núcleos no Espírito Santo é o processo que garante a tonalidade escurecida das peças. Como fazem questão de distinguir, as "verdadeiras" panelas são produzidas manualmente, sem uso do torno, e tingidas com a tinta do mangue.

Assim como ocorre com o barreiro, o manguezal é significado pelos sujeitos como "momento de lazer", "momento de confraternização", sobretudo quando remetem suas narrativas ao passado. É o que nos diz o artesão F. F. S.: "A infância era maravilhosa ali, tomava banho, brincava... Era uma diversão! (...) Vou ainda... todo final de semana eu tô lá". A mesma alusão a momentos de lazer é percebida na fala de Dona V. V. L.: "A gente gostava de ir no mangue, ia escondido. É porque criança quando é pequena não pode ir na praia sozinho... Vai pra maré, assim mesmo, escondido da mãe, né? Era uma diversão só!"

Além das narrativas voltadas para os momentos de diversão e confraternização entre os sujeitos, sobretudo durante a infância, o manguezal também é significado a partir de ideias de "trabalho/matéria-prima" e "manutenção do ofício/renda". Trata-se, afinal, do local de extração de outra matéria-prima indispensável na confecção das peças cerâmicas:

> A importância [do barreiro e do manguezal] para nós é tudo de bom, por quê? Se não tiver o barro, a gente não faz panela, não trabalha; e se não tiver a tinta, o mangue também é importante, se não tiver a tinta, como que nós vamos fazer a panela, pra pintar a panela? Porque a tradição dela é essa cor preta (E. A. C., Paneleira, 63 anos. Entrevista cedida no dia 17 de fevereiro de 2016).

> Ah, a importância! Não pode acabar, a gente tem que cuidar, né? Igual, nós tivemos a orientação da... Do manguezal, como não destruir; nós tivemos palestras! Antigamente o casqueiro [pessoa paga para retirar a casca do mangue-vermelho] ia lá em cima e descascava o pé de mangue todo (...). Aquela árvore ali já não vivia (...). Então, aí o... Meio ambiente [IBAMA] veio e fez uma palestra com a gente... Vai conservar. Qual é a importância, não desmatando tudo, mas sim 50% (E. C. M., Paneleira, 50 anos. Entrevista cedida no dia 22 de fevereiro de 2016).

> É daqui [manguezal] que você tira os crustáceos, mariscos, tudo que se usa dentro da panela de barro, que é o que dá nome também. A panela

> é preta, tradição, porque tem a casca (V. V. L., Paneleira, 52 anos. Entrevista cedida no dia 04 de março de 2016).

O manguezal, portanto, é significado tanto com relação aos momentos de distração dos sujeitos, sobretudo durante a infância, quanto às fonte de matéria-prima, estando diretamente relacionado ao saber-fazer panela de barro em Goiabeiras. Junto com o barreiro, são dois importantes *lugares de memória* "físico-naturais" evocados pelos sujeitos no processo de construção de sua identidade e do discurso de "tradição", afinal, como rementem as narrativas, as "autênticas" panelas de barro capixaba são aquelas produzidas com o mesmo barro há 400 anos, feitas manualmente, queimadas na fogueira e tingidas com a tintura do mangue.

### 1.2. A Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) e a Festa das Paneleiras

Diferentemente do barreiro e do manguezal, que podem ser tomados como *lugares de memória* "físico-naturais", a APG e a Festa das Paneleiras foram construídas a partir de articulações com instâncias estatais e governos locais no contexto de conflito com a Cesan. Esses dois *lugares de memória*, portanto, podem ser compreendidos como tendo sido criados e significados com tais fins.

Como visto anteriormente, o contexto de luta pela manutenção do barreiro foi fundamental na organização das artesãs enquanto grupo político em torno da APG e, em grande medida, do Galpão da Associação (DIAS, 2006a; 2006b). Foi através da luta pelo barreiro e de alianças políticas com setores do Estado e com governos, sobretudo com a gestão municipal de Vitor Buaiz (PT), entre 1989-1992, que se percebeu a construção da APG "como um corpo coletivo, que passou a se constituir como categoria reconhecida, com uma identidade social e uma ação politicamente localizada no contexto cultural e social do estado" (DIAS, 2006a, p. 95).

Além da necessidade de se organizarem politicamente na defesa do barreiro, havia, do mesmo modo, uma crescente insatisfação das Paneleiras com relação aos atravessadores que compravam as peças e as revendiam em outros pontos da cidade. Essa forma de vender sua produção deixava os sujeitos atrelados a terceiros, impactando diretamente o valor do produto. Além

disso, essa relação não conferia visibilidade às Paneleiras. Isso fica claro nas narrativas dos sujeitos ao serem indagados sobre os motivos que levaram à criação da Associação para além do conflito com a Cesan:

> Nós ficamos conhecidas pela Associação (...). Agora tem turistas, turista é coisa nova (...). Aumentou por causa da divulgação da Associação, porque tem as Paneleiras de Goiabeiras, são divulgadas mundialmente (...) aí todos os turistas que vêm, quer conhecer as Paneleiras (E. A. C., Paneleira, 63 anos. Entrevista cedida no dia 17 de fevereiro de 2016).

> Elas [as Paneleiras antigas] estavam cansadas; a dona Melchiadia já tava cansada de ver os atravessadores só chegando e levando, só chegando e levando. Aí ela era mulher valente, dona Melchiadia era uma mulher valente (...). A [construção da APG] foi para fortalecer as Paneleiras, as mulheres! (E. F. C., Paneleira, 53 anos. Entrevista cedida no dia 24 de fevereiro de 2016).

> Pra que você não tivesse que ir atrás do cliente, pra que você tivesse que... Estar tão exposto a atravessadores, e... Numa Associação, lógico, acho que houve interesse de quem criou, e inventou e criou, alimentou a ideia de formar uma Associação, foi exatamente por esses interesses de tá fora de atravessadores, ter ajuda, ter mais ajuda, ser mais reconhecido lá fora... Até mundialmente, né... E o turista vem direto, diretamente pra panela de barro, comprar uma panela de barro, né, o turista, o cliente de forma geral, né? (J. F. S., Artesão, 52 anos. Entrevista cedida no dia 13 de fevereiro de 2016).

No processo de construção da Associação, as Paneleiras não se viram sozinhas. Diferentes ações de representantes do poder público local foram fundamentais, tais como o papel desempenhado por Etta de Assis, então vereadora da capital, e a atuação da Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura de Vitória, durante a gestão de Vitor Buaiz (PT).

O primeiro relato das ações de Etta de Assis junto à APG foi apresentado por Perota *et. al.* (1997). Segundo os autores, a vereadora teve papel decisivo junto à APG, inclusive, o primeiro estatuto da Associação foi elaborado pela então vereadora. A mesma informação é encontrada em Dias:

> Seu estatuto foi elaborado pela vereadora Etta de Assis, do PMDB, que presidiu a assembleia de fundação, no governo de Albuíno Azeredo.

> Segundo documento do governo do Estado de 1993 sobre o "complexo das Paneleiras", a criação da Associação surgiu do interesse da vereadora, que pensava "ser essa uma das formas de as Paneleiras adquirirem recursos, além de criar uma entidade que representasse o interesse das artesãs" (DIAS, 2006a, p. 91).

Pela citação, percebe-se que a influência de Etta de Assis possivelmente foi mais do que uma assessoria no processo de organização das artesãs e na criação do primeiro estatuto da Associação; sua atuação foi mais profunda e verticalizada. Foi Etta de Assis quem também indicou a primeira presidente da Associação, dona Melchiadia:

> […] mediante ação externa e pessoal, [a vereadora] nomeou também a presidente, sem eleições ou qualquer tipo de participação das Paneleiras, mesmo porque neste momento as mulheres ainda não constituíam um grupo de identidade e trabalhavam isoladas em suas casas ou como empregadas no Galpão de Arnaldo Gomes ou no quintal de Melchiadia (DIAS, 2006a, p. 38).

Melchiadia, já falecida, foi uma personagem fundamental no processo de criação e estruturação da APG, inclusive, ainda hoje, é reconhecida entre as Paneleiras como liderança fundamental naquele processo; era ela quem mantinha relações mais diretas com Etta de Assis e fazia as articulações políticas.

Nessa nova pesquisa, todavia, a figura da ex-vereadora pouco veio à tona, com exceção de algumas Paneleiras que eram mais próximas à Melchiadia durante o processo de criação da APG e, mesmo assim, só surgiu a partir de uma pergunta direta sobre "Quem foi Etta de Assis?". A figura que surgiu com facilidade, sem indagações diretas, foi da então assistente social da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), Julimar França, que esteve à frente das ações do poder público municipal junto às Paneleiras.

Como destaca Dias (2006a, p. 38), coube a Julimar França trabalhar com as Paneleiras a partir da principal demanda na época, isto é, apoiar a "organização da associação já fundada [em] questões relacionadas diretamente à produção, tais como o acesso e transporte da matéria-prima, local de trabalho, etc.". Ainda segundo a autora:

> A equipe da Prefeitura foi fundamental para a formação da identidade das Paneleiras, que se percebiam como empregadas, mas que a partir

> de então criaram uma identidade para o grupo, estabelecendo a categoria socioprofissional e cultural pela qual desejaram ser reconhecidas. Este apoio possibilitou às mulheres o acesso a mecanismos institucionais até então inalcançáveis. Assim, as políticas públicas petistas criaram condições para definir uma identidade de Paneleira, já que antes elas eram artesãs, mas não Paneleiras. Surge então um novo padrão histórico de interação intragrupo (DIAS, 2006a, p. 93).

Com a construção da APG, levada a cabo no dia 25 de março de 1987, e do Galpão, concluído no ano seguinte, as Paneleiras, principalmente aquelas que trabalham no interior do Galpão, passaram a ter uma nova referência, seja na representação política dos interesses coletivos, que no contexto de sua criação estava diretamente relacionada ao conflito com a Cesan, seja como divulgação das Paneleiras e de seu ofício, rompendo com o sistema comercial que contava com a figura dos atravessadores.

Atualmente, chama a atenção o fato de que muitas alusões aos "benefícios", "contribuições" e "ajuda" por parte da Associação às Paneleiras sejam resumidas à representação do espaço físico Galpão (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]). Na maioria dos casos verificados, os significados atribuídos pelos sujeitos à APG, quando relacionados à "importância da APG", resumem-se à ideia de "local de trabalho" e de "divulgação turística e comercial das Paneleiras". Isto é, para muitos sujeitos, a APG, de grande importância política no contexto dos anos 1980-1990, significa, hoje, o "local de trabalho" e uma divulgação turística – o que também está relacionado ao "trabalho/venda".

Essa alusão à APG, restrita ao Galpão e às ideias de "lugar de trabalho" e "divulgação turística e comercial das Paneleiras", ficou ainda mais clara quando buscamos verificar a percepção sobre a "avaliação" da APG. De uma forma geral, a avaliação foi "negativa", a não ser quando o inquirido fez ou ainda faz parte da Diretoria da APG, nesse caso, a avaliação se mostrou "positiva" (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]). Embora tenhamos percebido certa "insatisfação", mais ou menos geral, entre os sujeitos em relação à APG – esse indício ainda carece de novos estudos de campo –, esta não deixa de ser um significante importante no discurso das Paneleiras, sobretudo quando os sujeitos se reportam ao contexto dos anos 1980-1990 e quando destacam o papel da APG como local de trabalho e divulgação do ofício e das próprias Paneleiras (MARQUES; RODRIGUES; FUKUDA [No prelo]).

Com relação aos esforços de divulgação do ofício e dos sujeitos detentores, observa-se, desde os anos 1990, a parceria entre APG e Prefeitura Municipal de Vitória em torno da Festa das Paneleiras, que também comemora o Dia das Paneleiras – passou a ser comemorado oficialmente a partir do dia 7 de julho de 1993, pela Lei municipal nº 3.944, de 2 julho de 1993[13].

A Festa tem sido fundamental no processo de valorização cultural das Paneleiras, tanto para os órgãos públicos e sociedade em geral, quanto para o próprio grupo, que passou a perceber a valorização do seu ofício. Isso ficou claro na narrativa de Julimar França, ao destacar que a Festa também foi uma forma encontrada pela PMV e pelas Paneleiras para envolver os sujeitos em torno da APG:

> [Foi] aí que a gente sentiu as Paneleiras começarem a ir para o galpão... Depois da Festa, depois da organização, as Paneleiras vieram, começaram a tomar posse da Associação (...). Aí elas fizeram a Festa. Depois da Festa elas se sentiram bem, porque elas já sabiam aonde ir, como ir [recorrer à Prefeitura para organizar as Festas seguintes]. Paralelo a isso, tinha a briga com a questão do barro, então, como eu te falei, eram várias brigas... Era briga pra organização da Associação, era organização da Festa pra elas se sentirem: "ah eu estou fazendo alguma coisa... eu sou dona". E aí enaltecê-las enquanto Paneleiras, entendeu? (...). Você fazendo uma festa, em que toda imprensa, todo mundo, vai lá e diz pra elas o quanto são importantes... Elas começaram a se sentir artesãs, começa a perder aquela vergonha de ser Paneleira (Julimar França. Entrevista concedida em 11 de agosto de 2016).

No contexto dos anos 1990, a Festa, como argumenta Dias (2006, p. 1009), "legitima[va] a 'tradição' das mulheres mediante a ação institucional da Prefeitura; ao mesmo tempo, a própria 'tradição' legitima[va] a atuação da Prefeitura em relação à cultura e ao turismo". Esse reconhecimento institucional é algo vivenciado ainda nos dias de hoje:

> Hoje, quando falam em Paneleiras, falam do estado (...). [Se] você falar de Paneleiras fora do estado, as pessoas sabem, conhecem um pouco, tem sim uma importância para o estado todo... O Estado começou a ver as Paneleiras não como umas mulheres, não só assim, as panelas,

13 Disponível em: <http://www.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L39441993.html>. Acesso em: 19 dez. 2016.

> mas como artesãs, entendeu? E como um segmento cultural do estado (Julimar França. Entrevista concedida no dia 11 de agosto de 2016).
>
> Todo mundo tem uma relação forte com a panela de barro, nem que seja por conta da comida [moqueca capixaba], ou até a memória coletiva mesmo, ela é uma coisa muito presente (...) é uma coisa muito ligada à nossa identidade (P. B. G. Gestora pública. Entrevista concedida no dia 19 de agosto de 2016).

Ao buscar compreender os significados atribuídos à Festa pelos sujeitos, deparei-me com o que Dias (2006a) já havia destacado: embora haja críticas sobre a organização e realização das últimas edições do evento, a Festa surge como elemento importante no processo de valorização cultural do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras e ajuda na compreensão da construção do significante Goiabeiras-Velha. Juntamente aos outros três *lugares de memória*, a Festa das Paneleiras, que também representa a comemoração do Dia das Paneleiras, muito informa acerca da construção discursiva de Goiabeiras-Velha como o Território da Tradição. Afinal, como resulta dos discursos dos sujeitos, é em Goiabeiras Velha onde se produzem as "autênticas" panelas de barro, como "há 400 anos", utilizando o mesmo barro, único no Espírito Santo, e tingindo com a tintura de tanino, como não se faz em nenhum outro local. Além disso, é em Goiabeiras Velha que, há mais de vinte anos, se realiza a Festa das Paneleiras, uma festa tradicional e conhecida em todo o país.

### 1.3. O esvaziamento das fronteiras geográfico-espaciais na construção discursiva do Território da Tradição

O termo Goiabeiras-Velha, vale destacar, não baliza as informações oficiais dos poderes públicos, a não ser quando surge indicando o "núcleo inicial de ocupação da região de Goiabeiras"[14]. Essa alusão, como já destacada por autores como Perota et. al. (1997), Abreu (2005), Dias (2006a) e Simão (2008), também foi percebida nas entrevistas realizadas com as Paneleiras ao longo da presente pesquisa.

14 Encontramos menção a Goiabeiras Velha no site da Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <*http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao6/goiabeiras.asp*>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Entretanto, os sentidos atribuídos pelos sujeitos não se limitam à dimensão histórica e geograficamente limitada ao bairro de Goiabeiras. Para as Paneleiras, há uma correlação entre Goiabeiras Velha, isto é, entre o local geograficamente situado da tradição, com o discurso de legitimidade do saber-fazer panela de barro em face de outros núcleos produtores: ao contrário dos demais polos produtores de panela de barro, constituídos por fluxos migratórios dos estados da Bahia (núcleo de São Mateus), Alagoas (núcleos de Viana e Vila Velha) e Pernambuco (núcleo de Guarapari), o polo cerâmico de Goiabeiras é próprio da região, transmitido por gerações aos dias atuais (PEROTA *et. al*., 1997).

É nesse sentido que a ligação construída entre o local (Goiabeiras) e a tradição (discurso de legitimidade do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras) é determinante para a compreensão da ideia de Paneleiras de Goiabeiras-Velha. Isso porque o termo, uma construção social que perpassa o processo de identificação dos sujeitos, extrapola os limites georreferenciados. Nessa construção discursiva, os sujeitos reivindicam a área do barreiro, cuja localização geográfica se encontra em Joana D'arc, bairro vizinho a Goiabeiras, em uma área mais conhecida como Vale do Mulembá – a imagem a seguir permite uma visualização panorâmica da localização geográfica do barreiro e o bairro de Goiabeiras, onde se localizam as unidades residenciais de produção de panela de barro e o Galpão da APG.

Até onde foi possível verificar, Dias (2006a; 2006b) foi a primeira pesquisadora a dissertar sobre a ideia de Goiabeira- Velha – ou pelo menos a primeira a apresentar uma discussão mais aprofundada sobre a questão, correlacionado o "local", isto é, o espaço discursivamente criado, à tradição:

> "Goiabeiras Velha" é o espaço pensado e representado pelas Paneleiras, responsáveis por sua distinção e pela forma de marcar e se diferenciar através da ocupação, um espaço que constroem como um desenho, a forma geográfica da tradição. Ser de Goiabeiras é um dos aspectos fundadores de sua identidade. As Paneleiras demarcam seu espaço mediante uma construção social que as identifica como sendo deste lugar, o componente geográfico de seu pertencimento social mais amplo. Este processo traz consigo uma construção histórica de certa forma delimitada. É também a partir da dimensão espacial que as mulheres, fazedoras de panelas, fazem referência às relações sociais (DIAS, 2006a, p. 40).

Imagem panorâmica da localização das unidades produtivas de panela de barro em Goiabeiras e do Vale do Mulembá, local de extração da argila utilziada na produção.




Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ao longo da obra de Dias (2006a), é possível perceber a importância conferida à dimensão simbólica que envolve a construção do termo Goiabeiras-Velha. Todavia, ao manter uma concepção do Território da Tradição vinculada à dimensão geográfico-espacial, Dias acaba limitando a discussão do processo de significação dos sujeitos sobre seu território. Isso fica claro na citação a seguir:

> A história da "tradição" da panela de barro é construída a partir da ocupação de determinados espaços geográficos, de forma a demarcar territorialmente sua existência social. Goiabeiras Velha é o "lugar das panelas", como as mulheres e os moradores deste pequeno território composto por quarto ruas sem cruzamentos denominam o espaço que ocupam (DIAS, 2006a, p. 25-26).

A autora compreende bem os significados atribuídos pelos sujeitos a Goiabeiras Velha – tomada como núcleo inicial de ocupação e atentando-se às relações sociais nesse espaço. Porém, ao analisar aos discursos dos sujeitos, sobressai a ideia de Território das Paneleiras para além da dimensão geográfico-espacial. Isso porque, como argumentado até aqui, os discursos envolvem o barreiro como lugar representativo para os sujeitos, um importante significante da cadeia discursiva do discurso de tradição das Paneleiras. Dessa forma, percebo Goiabeiras-Velha um pouco diferente da forma como Dias (2006a; 2006b) apresenta. Ainda sobre a caracterização da autora:

> O termo Goiabeiras Velha designa uma área composta por quatro ruas, situadas entre uma grande avenida e o mangue, limites que permitem a visualização dos tempos passado e presente, à medida que representam as vias de acesso, os caminhos de chegada e de ligação. Apesar das transformações trazidas pelo crescimento da malha urbana, este pequeno território mantém características que denotam sua permanência, principalmente quanto ao ambiente natural, marcado ainda pelo manguezal e pela paisagem ritmada das águas que vão e vêm com a maré. O mangue continua sendo um dos componentes simbólicos que demarcam a ocupação deste espaço e a construção da tradição. Nas histórias que as mulheres contam, as águas do mangue estão sempre presentes, como fonte de matéria-prima. Como marca visível, o mangue expressa com nitidez a permanente ocupação do espaço geográfico e cultural (DIAS, 2006a, p. 32).

Como se percebe, a autora confere o devido destaque ao manguezal na construção da ideia de Goiabeiras-Velha. Todavia, chama a atenção o fato de que Dias não se atentou ao barreiro como corretamente fez com relação ao manguezal, isso devido à sua atenção ao espaço geográfico-espacial.

Mesmo não estando no espaço geográfico de Goiabeiras, o barreiro surge como um ponto de identificação do discurso das Paneleiras, também sendo reconhecido e legitimado por instâncias estatais, como a municipalidade de Vitória e o Iphan. É dessa forma que compreendo o Território da Tradição das Paneleiras como um local discursivamente construído, envolvendo diferentes lugares de memória, e que, ao ter seu conteúdo físico esvaziado, subverte as fronteiras geográfico-espaciais do bairro de Goiabeiras, englobando o barreiro, tornando-se um "espaço vazio". Esse, por sua vez, ao ser objeto de diferentes significações dos sujeitos e mesmo de instâncias estatais, como a

PMV e o Iphan, passa a envolver uma série de sentidos, deixando de possuir um conteúdo sígnico particular: o barreiro é fonte de matéria-prima, elemento essencial para a continuidade do ofício das Paneleiras, local de memória afetiva, de laços de solidariedade, espaço de lazer... Lugar das Paneleiras de Goiabeiras-Velha.

## Considerações finais

Ao apresentar o processo de construção discursiva do Território da Tradição, destacando a evocação dos *lugares de memória* e o processo de identificação dos sujeitos com o seu território, isto é, Goiabeiras-Velha, abordei neste artigo as condições de emergência do discurso de tradição do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras Velha em finais dos anos 1980 e início dos anos 1990: o conflito entre as Paneleiras e o Governo do Estado, durante a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na área do barreiro, o processo político que envolveu a construção da APG e os motivos pelos quais levaram as Paneleiras a buscar um local coletivo de trabalho – redução dos quintais e busca por desvinculação da produção e comercialização de seus produtos com os atravessadores. Esses são os elementos que estou a denominar de "elementos internos". Há outros elementos externos ao contexto de Goiabeiras em si, como as relações de conflito com os artesãos de Guarapari. Contudo, essa discussão será apresentada em outro momento[15].

Como busquei sustentar ao longo do artigo, o Território da Tradição não se limita a um espaço geográfico, isto é, ao bairro de Goiabeiras. Não se trata apenas de algumas ruas do núcleo inicial de ocupação do bairro, como tende a compreender Dias (2006b). Esse território, uma construção discursiva envolta de relações e articulações políticas, excede a noção de espaço geográfico, englobando também outra área, o barreiro, localizado em um bairro vizinho a Goiabeiras. Foi por meio dessa construção discursiva que os sujeitos, encontrando apoio no discurso institucional de instâncias estatais, como a municipalidade de Vitória e o Iphan, significaram os *lugares de memória* e sedimentaram o Território da Tradição do saber-fazer panela de barro em Goiabeiras-Velha, hoje reconhecido e vastamente difundido pelo discurso institucional.

15 Para uma primeira leitura sobre essas relações, conferir Marques e Caloti (2013) e Marques, Rodrigues e Fukuda (No prelo).

Por fim, corroborando Dias (2006a, p. 24), ser Paneleira é mais do que um trabalho artesanal; "[...] ser Paneleira significa ocupar um determinado lugar na sociedade, lugar que não existia *a priori*, mas que foi construído pelos sujeitos que o ocupam". Esse "lugar" é tanto o Território da Tradição quanto a sua posição de destaque no contexto político-cultural local, que extrapola o mercado cultural de panela de barro e ganha uma dimensão simbólica ainda mais interessante: perpassa a construção simbólica da cultura capixaba. Trata-se de uma posição politicamente construída, articulada e hegemonicamente estabelecida em relação aos demais polos produtores de panela de barro no Espírito Santo. Uma posição reconhecida e legitimada tanto pelo discurso institucional quanto pelo conjunto da sociedade local.

## Referências

ABREU, Carol de. (2005), "Ofício de paneleira: conhecimento, reconhecimento e permanência". In: FALCÃO, Andréa. *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares.* Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, pp. 15-23.

ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. (1987), *Estatuto da Associação das Paneleiras de Goiabeiras*. Vitória.

DIAS, Carla. (2006a), *Panela de Barro Preta*: a tradição das Paneleiras de Goiabeiras, Vitória – ES. Rio de Janeiro: Mauad X: Facitec.

_____. (2006b), "Ser paneleira não é brincadeira – Estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional". *Arquivos do Museu Nacional*, v. 64, n. 3, pp. 203-213.

DOSSIÊ IPHAN 3. (2006), *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*. Distrito Federal: IPHAN.

GRAEFF, Caroline B.; NASCIMENTO, Kamila; MARQUES, Marcelo de S. (2019), "A crítica pós-fundacionalista: um debate em construção". *Norus*, v. 7, n. 11, pp. 580-599.

GUARINELLO, Noberto L. (1994), "Memória Coletiva e História Científica". Revista Brasileira de História, v. 14, n.28. *Revista Brasileira de Historia*, pp. 1980-193.

HALBWACHS, Maurice. (1990), *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

HOBSBAWM, Eric J. (2008), "Introdução: A invenção das tradições". In: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23.

LACLAU, Ernesto. (2000), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*. 2ª Ed. Buenos Aires: Nueva Visión.

_____. (2011), *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. (2015), *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.

MARQUES, Marcelo de S.; CALOTI, Viniciu de A. (2013), "As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultural do Barro". *Sociologia*, v. 26, pp. 163-185.

MARQUES, Marcelo de S; RODRIGUES, Luiz H.; FUKUDA, Rachel F. (No prelo). "Capital social e a cultura política: algumas considerações sobre a Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG)". *Simbiótica*. No prelo.

NICOLE, Braz C.; NASCIMENTO, Josué C do.; MARQUES, Marcelo de S.; COSTA, Matheus H. T.; PEREIRA, Pedro H. M; PRADO, Rodrigo V.; CALOTI, Vinicius de A. (2012), "As paneleiras de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro. Ensaio etnográfico sobre a cultura do barro". *Simbiótica*, v.1 n. 1, pp. 16-52.

NORA, Pierre. (1993), "Entre memória e História: a problemática dos lugares". *Proj. História*, n. 10, pp. 07-28.

PEROTA, Celso; BELING NETO, Roberto A.; DOXSEY, Jaime R. (1997), *Paneleiras de Goiabeiras*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura.

POLLAK, Michael. (1992), "Memória e Identidade. Estudos Históricos". *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, pp. 200-2012.

SIMÃO, Lucieni M de. (2008*). A semântica do intangível*: considerações sobre o Registro do ofício das Paneleiras do Espírito Santo. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense – Niterói.

SAINT-HILAIRE, Auguste. (1974), *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP.

Submetido em 4 de setembro de 2019
Aprovado em 21 de outubro de 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0